



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 225/2022

Processo Licitatório nº: 18.621/2022

Processo de Recurso n.º: 3.634/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 225/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de INSUMOS PARA LABORATÓRIO, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica/Posto Sylvio Henrique Braune e Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Programa DST/HIV/AIDS/HV, pelo período de 12 (doze) meses

RECORRENTE: D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

01. Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 225/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

03. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

04. Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 225/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

05. Às 10:00 horas do dia 15 de dezembro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 18.621/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00225/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de INSUMOS PARA LABORATÓRIO, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica/Posto Sylvio Henrique Braune e Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Programa DST/HIV/AIDS/HV, pelo período de 12 (doze) meses.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

06. ÀS 14:42:59 do dia às 01/02/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 225/2022;



Comissão de Pregão II

07. Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

08. A empresa: D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA, apresentou o recurso para o Lote 10 (Grupo 10) em 06/02/2023;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

09. Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) A impugnante suscintamente alega, que *"a decisão que inabilitou a empresa RECORRENTE, não satisfaz a todos os ditames legais, conforme incansavelmente demonstrado nesta peça recursal, já que esta apresentou produto e documentos tudo de acordo com o edital..."*

b) Afirma ainda que, *"...tal ato está eivado de irregularidade, haja vista que não foi realizado com observância à legislação vigente e nem mesmo analisado os documentos juntados adequadamente."*, pontuando que,

c) Aduz que, *"conforme o "chat" do procedimento licitatório, o pregoeiro inabilitou a empresa RECORRENTE por entender que sua licença sanitária estadual estava fora de vigência."*, pontuando que, *"...naquele mesmo ato a empresa RECORRENTE explicou claramente que a vigência estava regularizada, uma vez que apresentou a publicação de renovação de licença no DOERJ de 09/12/2021, bem como a solicitação de renovação da licença, protocolada dentro do prazo do exercício seguinte, estando dentro do prazo para a solicitação de renovação até 30/04/2023, conforme a regulamentação e de acordo com a Resolução SES nº 1822 de 19 de março de 2019."*



Comissão de Pregão II

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

10. Requer a RECORRENTE:

a) *"Diante de todo exposto, requer-se o recebimento, análise e admissão desta peça para que seja modificada a decisão que INABILITOU a empresa RECORRENTE e, conseqüentemente, requer que seja declarada como vencedora a empresa D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA., por cumprir todos os requisitos do edital, conforme fundamentação supracitada "*

b) *"Caso não entenda pela modificação da decisão acima, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro."*

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

11. Não houve manifestação em sede de contrarrazão.

IV. DA ANÁLISE

12. O edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 225/2022 em seu item 28.5 dispõe o seguinte:

28.5 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

Em sede de recurso este pregoeiro promoveu diligência junto ao setor responsável de Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro,



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº: 3.634/2023

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão II

através de e-mail, anexo aos autos do presente processo, com o intuito de dirimir qualquer dúvida com relação aos protocolos e da publicação de revalidação da Licença Sanitária, apresentados pela recorrente na fase de habilitação do certame.

A Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro, através da responsável técnica, a farmacêutica Dra. Ivana Mello, apresentou resposta, também através de e-mail, devidamente assinado, também constantes nos autos do presente processo, onde a mesma informa o seguinte:

Informação Licença de Funcionamento Empresa D-MED Material Médico Laboratorial

2 mensagens

Ivana Mello da Cunha Carvalho <ivana.mello@saude.rj.gov.br>
Para: pregaoeletronico.friburgo <pregaoeletronico.friburgo@gmail.com>
Cc: rosa.melo <rosa.melo@saude.rj.gov.br>

14 de fevereiro de 2023 às 13:36

Prezados, boa tarde!

Conforme solicitação, informamos que foi realizada Inspeção Sanitária em conjunto por esta SUVISA (Superintendência de Vigilância Sanitária) e pela ANVISA/MS (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), no período de 29 a 31/08/2022 na Empresa D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA - CNPJ 40159576/0001-10- Matriz.

O Parecer do Relatório Técnico elaborado pela equipe de Inspeção classificou a empresa como **INSATISFATÓRIA**, sendo assim não foi concedida a Revalidação de Licença para ano de 2022 e nem a autorização de mudança de endereço para a Rua Vaz da Costa nº 103, Inhama - RJ - CEP 22780-020.

Esclarecemos que a Licença Sanitária Estadual possui validade de 12 meses a partir a publicação do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro , logo a licença expirou em 09/12/2022.

Os protocolos citados 050925/2022 (Revalidação de Licença) e 050914/2022 (Alteração de endereço), são referentes aos pedidos de Licenciamento anual e mudança de endereço realizado pela empresa, para realização de Inspeção Sanitária.

Att,

Secretaria de
Saúde

Ivana Mello
FARMACÊUTICA

Divisão de Produtos para Saúde
Secretaria de Saúde
Rua México, 128 - sala 322
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-142

**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO** 55 21 2233-3745



Comissão de Pregão II

Diante de todo o exposto, e das informações prestadas pelo órgão competente, resta claro que a empresa recorrente, não cumpre a exigência editalícia do subitem 20.2, quanto ao Alvará Sanitário, concomitantemente às exigências legais da Lei Federal 6.360/76, regulamentada pelo artigo 2º do Decreto Federal nº 8.077/2013.

As alegações da recorrente, trazidas em sua peça recursal, tanto quanto a situação de regularidade da empresa, quanto a vigência da revalidação publicada em 09/12/2021, não condizem com as informações prestadas pela Superintendência de Vigilância Sanitária.

Cabe referir-se também que o artigo 90 da Lei 8666/93, que infere que os licitantes que tentarem *"...frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação..."*, além das sanções administrativas previstas, estão sujeitos a pena de detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Instada a se manifestar na forma que dispõe o item 28.5 do edital, para análise dos aspectos jurídicos recorridos, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro, ante o recurso interposto, sobretudo quanto aos possíveis indícios de má-fé e fraude a licitação, pela empresa recorrente diante das novas informações trazidas em sede de Recurso Administrativo, após diligências tomadas. A Procuradoria Geral Municipal, em apertada síntese, opinou que, *"... se a empresa recorrente não possui a licença sanitária válida, a sua inabilitação é medida que se impõe."*



Comissão de Pregão II

Quanto aos possíveis indícios de má-fé e fraude a licitação, entendeu que, ***“a conduta da recorrente pode configurar infração administrativa, passível de penalidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal”***, destacando os subitens 24.2.4, 24.2.8 e 24.3 do edital, completando que, ***“Faz-se necessária, portanto, a apuração minuciosa do ocorrido e eventuais diligências a fim de aferir se houve prática de infração administrativa e/ou criminal pela empresa licitante e qual o grau de responsabilidade da conduta...”***

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

13. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 225/2022, e no mérito, NEGO PROVIMENTO, continuando o julgamento anteriormente proferido, mantendo cancelado (frustrado) o referido Lote, no Pregão em comento.

14. Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 225/2022.

15. Por todo o exposto, sugiro ainda que seja instaurado processo administrativo no intuito de apurar suposta infração/fraude, e eventual aplicação das sanções administrativas previstas em lei.



Comissão de Pregão II

16. Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 27 de fevereiro de 2023.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870